



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes**

---

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS**

# **FLASH**

# **3143**

**Presidente da Mesa Diretora:** Ivan José Lopes

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Diversos

**Autoria:** Benedito Paula Said

**Data:** 23/05/1989

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 16/89. Dispõe sobre o controle e fiscalização da comercialização da cola de sapateiro, no município de Montes Claros. (Referente à Lei nº 1.783, de 01/06/1989).

**Controle Interno – Caixa:** 09

**Posição:** 32

**Número de folhas:** 03

---

Espécie: PL  
Categoria: Diversos  
V: 09  
Ordem: 32  
nº fls: 01

70

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO-DE-LEI Nº

16/89

Autor: Vereador Benedito Paula Soid

### Assunto:-

Dispõe sobre o controle e fiscalização da comerciali-  
zação da cola de sapateiro.

Caixa

### MOVIMENTO

- 1 Recebido em 23.05.89
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 23.05.89
- 3 *Aprovado em 29. de maio - 30.05.89*
- 4 *A promulgado em 30.05.89*
- 5 *Arquivado -*
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO-DE-LEI Nº \_\_\_\_\_

Dispõe sobre o controle e fiscalização da " cola de sapateiro" .

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :-

Art. 1º - A venda do produto popularmente denominado " cola de sapateiro", por parte dos estabelecimentos comerciais sediados neste Município, somente será permitida a pessoas maiores de 18 ( dezoito ) anos que dela se utilizam no exercício de sua atividade profissional, devendo, para tanto, serem as mesmas cadastradas junto à Prefeitura Municipal de Montes Claros.

Art. 2º - A Prefeitura Municipal, através do seu setor competente , providenciará no sentido de fornecer às pessoas de que trata o artigo anterior, documento comprobatório de que se acham as mesmas devidamente cadastradas, cujo documento será , obrigatoriamente, exigido pelo estabelecimento que comercializa o referido produto, da pessoa que ali for adquirí-lo.

Art. 3º - A não observância das disposições contidas nesta Lei acarretará ao infrator as sanções que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal, que regulamentará a presente Lei , por Decreto, no prazo de sessenta (60) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - A fiscalização quanto ao cumprimento desta Lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde .

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário , esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Sala das sessões, 23 de maio de 1989.

  
Vereador Benedito Paula Said



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
A COMISSÃO DE Legislação e Justiça  
EM 23 DE maio DE 19 89  
Amato  
PRESIDENTE

*A matéria  
é legal e constitucional  
John F. Amato*

*É legal e constitucional  
Ismael*

*Opinamos pela legalidade e  
constitucionalidade do presente  
projeto de lei*  
Caill

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR  
em regime de urgência  
EM 30 DE maio DE 19 89  
Amato  
PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
À SANÇÃO  
EM 30 DE maio DE 19 89  
Amato  
PRESIDENTE